Centro de Estudos Jurídicos
Juiz Ronaldo Cunha Campos

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2019
2024



BELO HORIZONTE
ABRIL 2024

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MINAS GERAIS

ESCOLA JUDICIAL DESEMBARGADOR EDÉSIO FERNANDES (EJEF)

CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS JUIZ RONALDO CUNHA CAMPOS (CEJ)

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO CEJ (2019-2024)

DESEMBARGADOR SAULO VERSIANI PENNA

Coordenador do CEJ (Gestão 2022-2024)

Elaboração: Eleusa Carvalho Rocha

Arte: Valdenize Oliveira

Revisão: Sofia Araújo

AGRADECIMENTO

Este relatório presta contas do trabalho realizado sob a coordenação dos diversos desembargadores que atuaram como coordenadores do CEJ. Cada um deles implementou sua visão e concretizou uma etapa de trabalho.

No ensejo, ressalta-se o nosso agradecimento ao Desembargador Saulo Versiani Penna, atual coordenador, pelas diretrizes formuladas; ao Desembargador Renato Dresch, Segundo Vice-Presidente do TJMG e Superintendente da EJEF, pelo apoio e incentivo aos eventos realizados durante sua gestão.

Agradecemos também a toda a equipe da EJEF, em especial COFOP e COFOR, responsáveis diretamente por dar suporte às atividades concretizadas. Salientamos a gentileza com que a GEPED nos prestou auxílio em diversas ocasiões.



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 01

1. HISTÓRICO 03

1.1 COORDENADORES DO CEJ 05

2. ATIVIDADES DO CEJ 06

2.1 PROGRAMA REFLEXÕES E DEBATES 07

2.1.1 Resultados apurados 08

2.1.2 Temas abordados 11

2.1.2.1 Temas 2019 (presencial) 11

2.1.2.2 Temas 2020 (on-line) 11

2.1.2.3 Temas 2021 (Transmissão on-line) 12

2.1.2.4 Temas 2022 (presencial com transmissão ao vivo pelo canal Youtube) 12

2.1.2.5 Temas 2023 (presencial com transmissão ao vivo pelo canal Youtube) 13

2.2 PARCERIA COM O NUAP 15

2.2.1 Atendimentos 15

2.2.2 Grupos de estudo de caso 16

2.3 PRIMEIRO GRUPO DE ESTUDOS JURÍDICOS 18

2.4 OUTROS EVENTOS DE DESTAQUE 20

2.4.1 Reunião da Associação Brasileira das Mulheres de Carreira Jurídica (ABCMJ) 20

2.4.2 Apresentação de projeto 21

2.4.3 Reunião do Comitê Nacional de Saúde 21

3. ATUALIZAÇÃO DA RESOLUÇÃO E MELHORIA DA INFRAESTRUTURA 23

3.1 Revitalização da página eletrônica do CEJ 22

4. CONCLUSÃO 23

ANEXO - DETALHAMENTO PROGRAMA REFLEXÕES E DEBATES 25

Apresentação

Este relatório compila informações sobre as atividades desenvolvidas no Centro de Estudos Jurídicos Juiz Ronaldo Cunha Campos (CEJ), no período de junho de 2019 a abril de 2024.

Inicialmente, apresenta-se breve histórico do CEJ, com ênfase aos objetivos inscritos na resolução que o criou. No ensejo, indica-se o nome dos desembargadores que atuaram como coordenadores e, nessa condição, desenvolveram gestão voltada para o cumprimento dos objetivos institucionais.

Em seguida, identificam-se as principais atividades do CEJ, enumerando as ações educacionais realizadas desde 2019 bem como os eventos autônomos propostos e conduzidos por desembargadores e gestores do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), com indicação de datas, temas e respectivo quantitativo de participantes.

Por fim, relatam-se os incrementos materiais e virtuais que o CEJ recebeu durante a Gestão 2022-2024, tendo em vista melhorar seu padrão de atendimento, em consideração à ampliação da demanda.

Apesar de não serem exaustivos, os dados apurados demonstram, salvo melhor juízo, que têm sido cumpridos os dois principais objetivos do Centro de Estudos Jurídicos, quais sejam, “fomentar e promover a qualificação de seus magistrados e servidores do Tribunal”. Além disso, o crescimento da demanda, considerando-se o CEJ espaço institucional de interação e de construção de conhecimento jurídico, sinaliza seu potencial para alinhar-se mais estreitamente com as estratégias da EJEF e, assim, contribuir ainda mais significativamente para a excelência da formação de magistrados e servidores deste Tribunal de Justiça.

1. HISTÓRICO

A criação do Centro de Estudos Jurídicos Juiz Ronaldo Cunha Campos (CEJ) remonta à Resolução nº 96/1995 do Órgão Especial do Tribunal de Alçada do Estado de Minas Gerais, que, sob a sigla de CEJTAMG, atribuiu-lhe o objetivo de "aprimorar a formação profissional de seus juízes e funcionários, incrementar o debate de temas jurídicos, divulgar o pensamento do Tribunal e de seus juízes em torno de temas diversos, no âmbito de sua competência, promovendo cursos, palestras, encontros, seminários e publicações de livros e artigos" (artigo 1º e 2º).

Em março de 2005, por força da Emenda Constitucional nº 45/2004, o Tribunal de Alçada foi unificado ao Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (TJMG). Em decorrência da Resolução nº 521/2007 da Corte Superior do TJMG (art. 2º), o centro de estudos do antigo Tribunal de Alçada (CEJTAMG) foi incorporado à estrutura organizacional da Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (EJEF), tendo recebido a sigla CEJUS.

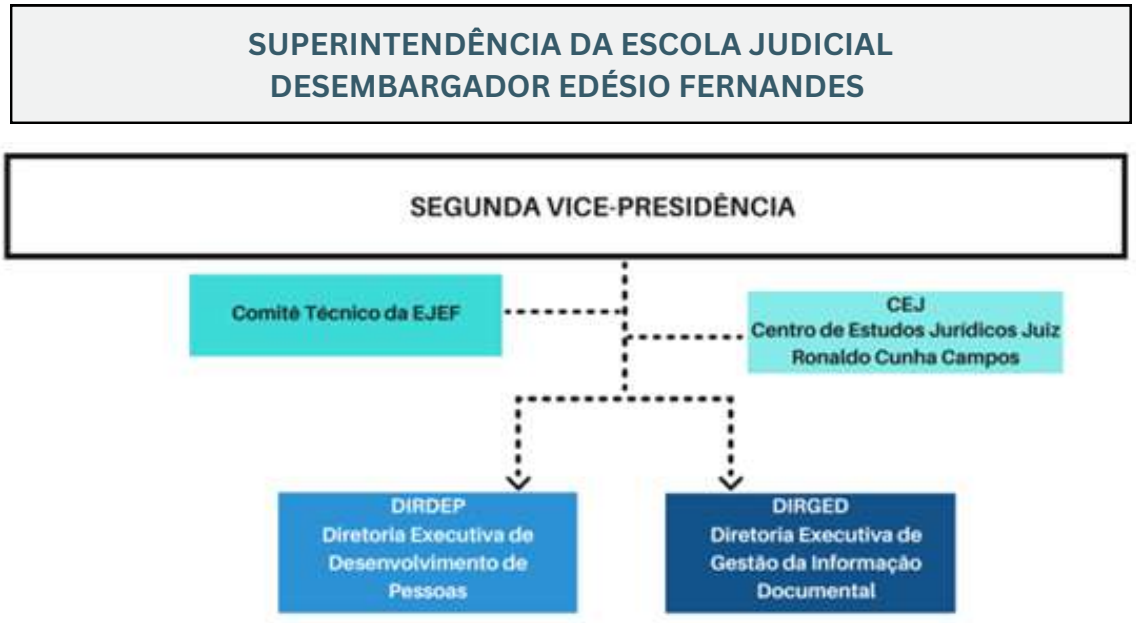


Figura 1 - Posição do CEJ na estrutura da Segunda Vice-Presidência do TJMG e Superintendência da EJEF (Fonte: PDI 2021-2026)

Inicialmente, o CEJ instalou-se junto à biblioteca, no 13º andar da Unidade Raja Gabaglia. Depois, foi transferido para o 8º andar do Edifício Sede, na Avenida Afonso Pena nº 4001. A partir de junho de 2017, o CEJ passou a funcionar no 5º andar desse prédio, ocupando as salas 511-512.

A concretização do novo espaço representou uma grande vantagem para o CEJ, tendo sido essa escolha adequada por proporcionar um melhor atendimento para o seu público alvo na Segunda Instância do TJMG.
Aos poucos, com o apoio técnico da EJEF, o CEJ foi se redefinindo e se organizando de forma sistemática, no sentido de ser mais ativo em apoiar, incentivar e promover atividades, visando ao aperfeiçoamento profissional de magistrados, servidores e colaboradores.

Devido à sua localização, à visão de seus coordenadores e à proatividade de sua equipe, nos anos seguintes ao período citado, o CEJ concentrou esforços em atender às necessidades cotidianas de gabinetes e suas assessorias, com o propósito de promover e incentivar a criação de grupos de estudos, visando ao aprimoramento de suas práticas, em busca de renovação, padronização e atualização quanto a conhecimentos jurídicos, legislativos e administrativos de interesse dos membros da instituição.

No ano de 2019, foi criado o ***Programa Reflexões e Debates***, nos termos do Parecer nº 554/2019. Proposto pelo Desembargador Moacyr Lobato, coordenador do CEJ na época, o programa visava debater assuntos relevantes, com eixo temático criminal e cível, na modalidade presencial, sempre ocorrendo na última quinta-feira de cada mês. Reflexamente, o programa buscava ser ponto de partida para criação de grupos de estudos.

Em 2020, no período de pandemia mundial (covid-19), o CEJ assumiu o compromisso de garantir a continuidade do seu trabalho. Assim, os encontros passaram a ser realizados no formato virtual, com transmissão on-line, através do canal da EJEF na plataforma YouTube, com o apoio e acompanhamento da equipe técnica da Escola Judicial. Observou-se que o número de inscrições e de participações via *chat* foi bastante significativo.

Apesar das dificuldades enfrentadas nesse período de instabilidade, ainda em 2020, o CEJ reorganizou seu espaço para abrigar novas atividades de natureza educacional e formativa, em razão de parceria inicialmente informal com o NUAP (Núcleo de Apoio à Gestão de Gabinetes), mais tarde renomeado para Núcleo de Triagem Prévia e Apoio aos Gabinetes). Assim, duas atividades passaram a ocupar a rotina de trabalho no CEJ, a saber, o *Programa Reflexões e Debates* e atendimentos realizados pela equipe do NUAP.

Desde então, o CEJ vem contribuindo para a realização de uma série de atividades, visando prioritariamente ao aperfeiçoamento e à atualização, em atendimento a várias demandas de magistrados, assessores e servidores do TJMG.

1.1 Coordenadores do CEJ

O art. 12 da Resolução n. 979/2021 define que a "coordenação do CEJ será exercida por desembargador designado pelo Presidente do Tribunal de Justiça, por indicação do Superintendente da EJEF, sem qualquer remuneração pelo exercício da função e sem prejuízo de suas funções jurisdicionais". O coordenador do CEJ integra o Comitê Técnico da EJEF, posição em que influencia a definição de estratégias de gestão da Escola.

Nessas condições, além de disposição para assumir o encargo administrativo, o coordenador do CEJ precisa ser vocacionado para lidar com formação técnico-acadêmica e aprimoramento das práticas jurídicas. Destaca-se seu perfil articulador de iniciativas e propositivos quanto a temáticas a serem debatidas.

Desde sua incorporação à estrutura da Superintendência da EJEF, o CEJ teve cinco coordenadores que, durante suas respectivas gestões, apoiaram atividades institucionais e fomentaram o funcionamento do Centro de Estudos conforme seus perfis e visões.



Tiago Pinto

BIÊNIO
2014/2016



Maria Aparecida Grossi

BIÊNIO
2016/2018



Moacyr Lobato

BIÊNIO
2018/2020



José Marcos Vieira

BIÊNIO
2020/2022



Saulo Versiani Penna

BIÊNIO
2022/2024

Figura 2 - Galeria de fotografia dos desembargadores coordenadores do CEJ

2. ATIVIDADES DO CEJ

Criado inicialmente para ser espaço de interação e estudo, gradativamente o CEJ assumiu novas atividades, conforme demanda de desembargadores e gestores do TJMG e, principalmente, conforme a visão institucional de seus coordenadores, que propuseram eventos e fomentaram o debate de certos temas. Nessa perspectiva, foi possível ao Centro de Estudos atuar concomitantemente em duas frentes, a saber:

(1) apoio a atividade regular de difusão de conhecimento, por meio do *Programa Reflexões e Debates*;

(2) apoio estratégico a atividades sob demanda, em geral esporádicas e destinadas especificamente à formação, à interação, à discussão, à construção de conhecimento e à gestão de equipes de trabalhos, como servidores e componentes de assessorias.

A seguir, descrevem-se essas atividades.



2.1 PROGRAMA REFLEXÕES E DEBATES

No ano de 2019, nos termos propostos por Desembargador Moacyr Lobato, coordenador do CEJ na época, o *Programa Reflexões e Debates* foi criado pelo Parecer nº 554/2019, para realizar-se com periodicidade mensal, sempre na última quinta-feira de cada mês.

O primeiro evento presencial desse programa ocorreu em 28 de março de 2019, com o tema "Responsabilidade penal de dirigentes de empresa por omissão". A partir de então, ocorreram outros encontros mensais, com a participação de desembargadores e convidados, promovendo-se o debate de temas jurídico-administrativos diversos.



Figura 3 – Banner digital de divulgação de encontro do *Programa Reflexões e Debates* (*layout* padronizado pela EJEF)

2.1.1 Resultados apurados

No ano de 2019, houve **9** edições do programa. Foram recebidas **340** inscrições, contando-se a efetiva participação de **296** pessoas. Isso corresponde à média de **32** participantes por evento, com plena ocupação do espaço do CEJ.

Essa experiência, que se havia mostrado exitosa, ampliou-se nos anos seguintes. Em 2020, ocorreram **8** encontros que, na modalidade on-line, receberam **5.397** inscrições, com **3.766** participações. A média de participantes subiu para **470**.

Em 2021, ocorreram **10** encontros com transmissão on-line. Registraram-se **7.477** inscrições e **5.054** participações efetivas. Os números desse ano mostram a importância do programa, uma vez que permitiu atender a necessidades formativas e informativas de diversos perfis de público interno e externo, durante a pandemia.

Os números relativos a 2022 refletem as incertezas decorrentes do cenário pandêmico, com destaque para as exigências protocolares de prevenção a covid-19 vigentes. Mesmo assim, os índices de adesão on-line foram significativos, considerando-se a realização de somente **6** encontros, para os quais se inscreveram **2.688** pessoas, com **1.929** participações efetivas.

Em 2023, o programa realizou-se na modalidade híbrida (presencial e on-line). Ocorreram **12** encontros, para os quais se inscreveram **2.817** pessoas, com participação efetiva de **1.722** dos inscritos. Afere-se a média de **143** participações por evento a diversos fatores, como a morosidade da retomada das atividades presenciais e a taxa de ocupação do público-alvo com tarefas ordinárias e outras formações.

Até o fechamento deste relatório (abril/2024), não havia sido realizada edição do *Programa Reflexões e Debates*.

O gráfico a seguir apresenta os números considerados nesta análise e exposição.

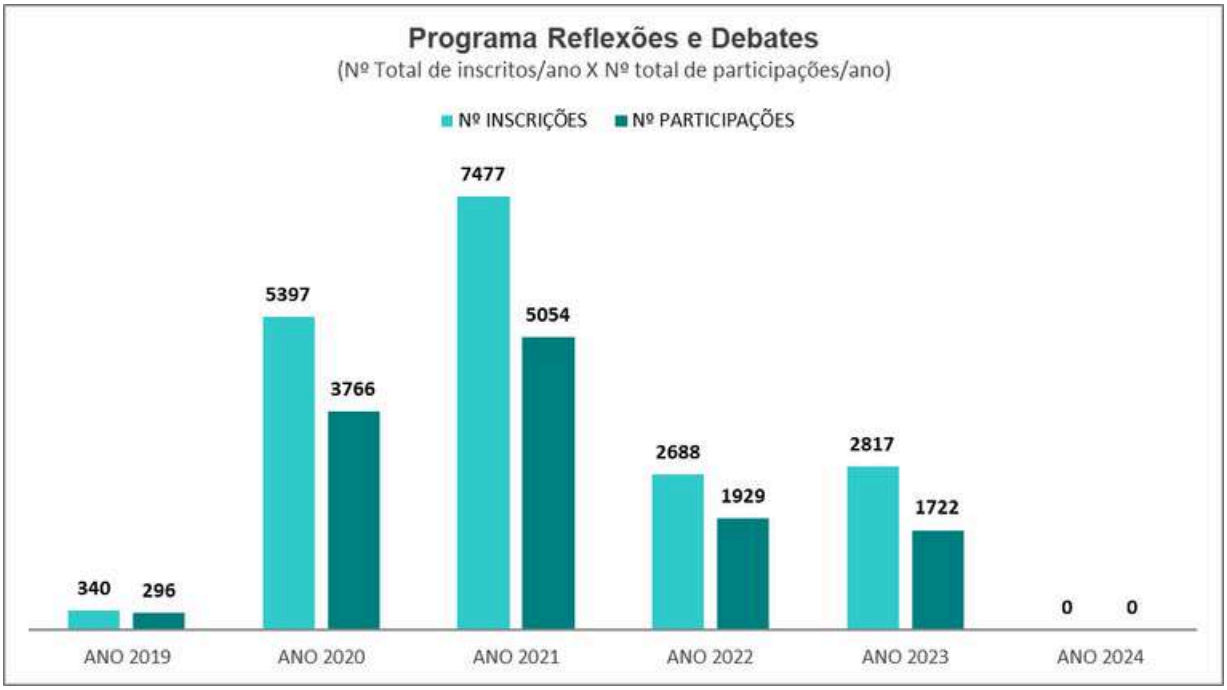


Figura 4 - Gráfico da relação entre inscrição e participação nas edições do Programa Reflexões e Debates (2019-2023)

Os resultados do *Programa Reflexões e Debates* são mensuráveis em termos de duração (horas) e engajamento, computando-se o público participante nas ações. É possível até aferir público inscrito e efetivo modalidade presencial e na modalidade a distância, com transmissão ao vivo no YouTube, pelo canal da EJEF.

Aferimos que, nas atividades do *Programa Reflexões e Debates* durante o período considerado, **9.855** certificados de participação foram emitidos.

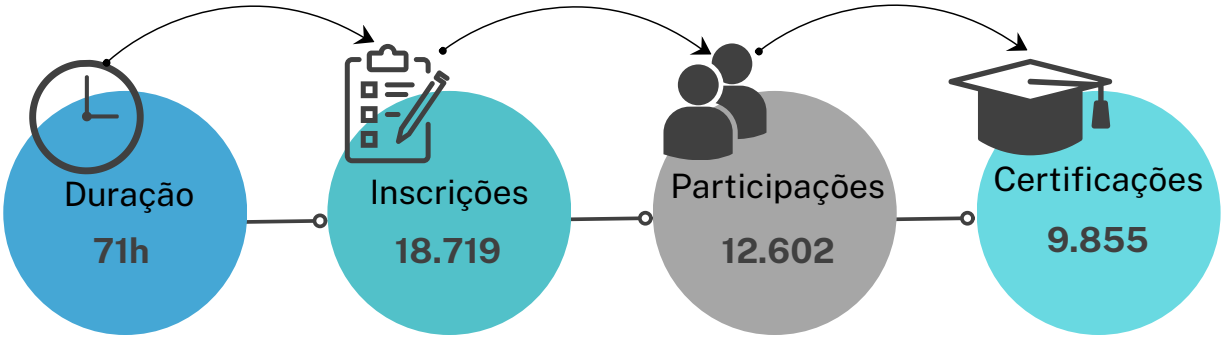


Figura 5 - Diagrama sintético dos resultados do Programa Reflexões e Debates

Tabulam-se, a seguir, as edições do *Programa Reflexões e Debates*.

Como **Anexo** deste relatório, apresenta-se tabela detalhada, com datas, apontamento dos temas e nome docentes com rubrica da função que desempenharam (como expositor, debatedor, mediador).

2.1.2 Temas abordados

2.1.2.1 Temas 2019 (presencial)

1. Responsabilidade Penal de Dirigentes de Empresa por Omissão Direitos da Personalidade
2. “Direitos da Personalidade”
3. As Tendências da Responsabilidade Civil
4. A Lei de Introdução às Normas Do Direito Brasileiro e os Impactos das Decisões Judiciais
5. NUMOPEDE e Uso Abusivo da Justiça
6. Dolo e Cegueira Deliberada e Crimes Cumulativos
7. O Impacto da Lei de Multi Propriedade sob o Mercado Imobiliário
8. Literatura e Direito voltado à Reflexão da Trajetória Feminina no Poder Judiciário
9. Guarda Compartilhada

2.1.2.2 Temas 2020 (on-line)

1. Pacote Anticrime
2. Proteção de Dados no Poder Judiciário
3. Acordo de Não Persecução
4. Direito Comercial em Meio a uma Pandemia
5. Cooperação Nacional
6. Conexão e Prevenção Artigo 55 do CPC e Artigo 79 do regimento interno do TJMG
7. Prisão Preventiva e Pacote Anticrime
8. Limites Objetivos e Subjetivos da Coisa Julgada



2.1.2.3 Temas 2021 (Transmissão on-line)

1. Aspectos Processuais da Reforma da Lei de Falências e Recuperação de Empresas
2. A nova Lei de Falência e o CPC
3. Ronaldo Cunha Campos e o processo civil brasileiro
4. A nova Lei de Licitações e Contratos
5. Justiça multiportas
6. Ação de impugnação de mandato eletivo: atualidades
7. Tutela Inibitória e de Remoção do Ilícito.
8. Urna Eletrônica e Voto Impresso: Democracia, tecnologia e Legitimidade do Resultado Eleitoral.
9. Medidas Coercitivas Atípicas
10. Litigiosidade Repetitiva

2.1.2.4 Temas 2022 (presencial com transmissão ao vivo pelo canal da EJEF no YouTube)

1. A Desjudicialização da Execução Cível
2. Estabilização da Tutela Antecipada
3. Câmaras Cíveis Especializadas: Desafios e Perspectivas
4. Direito Previdenciário Acidentário – Benefícios em espécie. Aspectos Controvertidos da Reabilitação Profissional
5. Propaganda Eleitoral
6. Judiciário Brasileiro e Português: recuperação de ordem jurídico-econômica pós-pandemia – experiências recíprocas.

2.1.2.5 Temas 2023 (presencial com transmissão ao vivo pelo canal da EJEF no YouTube)

1. Estrutura e hermenêutica constitucional no processo penal. Garantismo x eficácia e legitimidade da intervenção penal - 1º Encontro
2. Da inadmissibilidade da prova ilícita. Critérios de valoração legítima. Exclusão e aproveitamento da prova - 2º Encontro
3. Processo cautelar. Das medidas reais e pessoais. Da prisão preventiva, da garantia da ordem pública e o direito penal do inimigo - 3º Encontro
4. Nulidades processuais. Nulidades relativas e nulidades absolutas Razão "distinguishing". Convalidação e invalidação dos atos processuais. Investigação e processo - 4º Encontro
5. Mudanças Climáticas, desenvolvimento e Direitos Humanos.
6. Reforma Tributária: Principais mudanças no Sistema Tributário Nacional 1º Encontro.
7. Lei de Improbidade Administrativa
8. Reforma Tributária: Panorama geral IVA Dual, IBS, CBS, IS - 2º Encontro.
9. Reforma Tributária: Imposto de Bens e Serviços - IBS - 3º Encontro.
10. Reforma Tributária: Tributos Estaduais - 4º Encontro.
11. Constitucionalismo Digital
12. Os negócios jurídicos do universo tecnológico, a proteção de dados coletiva e individual e o entendimento jurisprudencial



Figura 6 - Mesa de honra do 45º encontro, com (esquerda para direita) Professor José Faleiros Jr.(debatedor), Desembargador Saulo Versiani Penna (Coordenador do CEJ), Desembargador Marcelo Milagres (expositor) Desembargador Renato Dresch (Superintendente da EJEF) e Desembargador José Luiz de Moura Faleiros





Figura 7- Participantes do *Programa Reflexões e Debates* com o tema "Literatura e Direito voltado à Reflexão da Trajetória Feminina no Poder Judiciário"

2.2 Parceria com NUAP

2.2.1 Atendimentos

No período compreendido entre 2019 e 2024, o CEJ cedeu espaço para a realização de atendimentos a gabinetes conduzidos pelo NUAP (atualmente sigla de Núcleo de Triagem Prévia e Apoio aos Gabinetes). Com o objetivo de cumprir suas atribuições, de forma efetiva e personalizada, junto a desembargadores e suas assessorias, a equipe do NUAP desenvolveu uma agenda de encontros presenciais para atender a demandas específicas por ele identificadas.

Os atendimentos foram assim categorizados:

- Formatação e estruturação de acórdãos
- Elaboração de ementas jurisprudenciais
- Programa de aprimoramento em língua portuguesa

RESULTADOS NUMÉRICOS - ANUAL

CURSOS	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Formatação e estruturação de acórdãos	152	18	7	53	23	0
Elaboração de ementas jurisprudenciais	71	4	10	58	0	0
Aprimoramento em Língua Portuguesa	0	0	107	239	416	180
Total	**223**	**22**	**124**	**350**	**439**	**180**

O quantitativo de público atendido nos cursos ministrados está indicado na tabela acima.

Vale destacar que o trabalho voltado para a Língua Portuguesa iniciou-se em 2021, visando ao aprimoramento da redação de acórdãos, em termos de correção gramatical e construção de argumentação jurídica.

No total **1.338** participações foram registradas.



Figura 8 - Atendimentos e reuniões do NUAP

2.2.2 Grupos de estudo de caso

O NUAP também aproveitou o espaço do CEJ para realizar reuniões da própria equipe e com setores afins[1] do TJMG, para discutir temas relacionados à gestão de ações coletivas. Cada tema foi dividido em módulos com estudo de caso.

Foram abordados temas como:

- Apresentação de enciclopédia de precedentes,
- Abuso do direito de ação e seu enfrentamento no contexto do TJMG,
- O sistema brasileiro de precedentes e sua operacionalidade estratégica no TJMG.

Esses encontros, realizados com periodicidade semanal e duração de 90 minutos, contaram com participação de servidores lotados em diversos setores.

[1] Coprec, Nugep, Geag, Nugepnac, Cereg, Sepad e Coac.

No ano de 2023, houve **299** participações; em 2024 registraram-se **198**, aferindo-se o total de **497** participações.

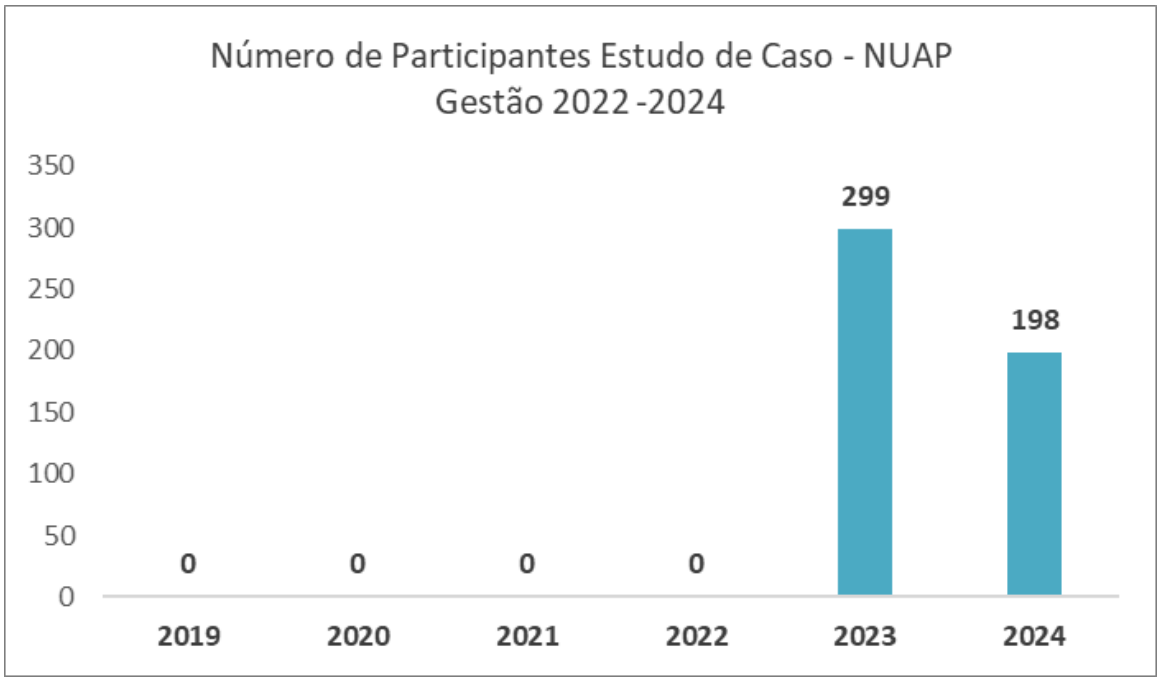


Figura 9 - Estudos de caso realizados no CEJ



Figura 10 - Encontro de treinamento em Língua Portuguesa

2.3 Primeiro Grupo de Estudos CEJ



Figura 11 - Banner de divulgação do grupo de estudos nas redes do TJMG

Criado por iniciativa da EJEF, o primeiro encontro do grupo de estudos ocorreu dia 20 de março de 2023 e abordou o tema "Honorários advocatícios sucumbenciais, contratuais e recursais: questões polêmicas na jurisprudência".

O encontro reuniu magistrados, servidores e estudantes de Direito. O Coordenador do Centro de Estudos Jurídicos, Desembargador Saulo Versiani Penna, abriu a ação educacional, destacando a importância desses encontros realizados em clima mais informal, com o objetivo de levantar questões polêmicas a respeito de temas atuais, especificamente promovendo-se discussões sobre as hipóteses concretas de aplicação da temática, nos diversos âmbitos jurídicos

Na modalidade presencial foram recebidas **20** inscrições, sendo que **11** participantes receberam certificado. Na modalidade on-line com transmissão ao vivo foram recebidas **208** inscrições, apurando-se **114** participantes e **114** certificados emitidos. Até a data de produção deste relatório[2], contam-se **500** visualizações do referido encontro.

500 **Visualizações do referido encontro**

[2] Abril de 2024.



Figura 12 - Mesa de honra do evento composta por (da esquerda para direita): Des. Osvaldo Oliveira Araújo Firmo (Membro do Comitê Técnico da EJEF), Desª. Lilian Maciel Santos (Superintendente Adjunta da EJEF), Des. Paulo de Tarso Tamburini Souza (8ª Câmara Cível do TJMG), Des. Saulo Versiani Penna (Coordenador do CEJ) e Des. Leonardo de Faria Beraldo (9ª Câmara Cível do TJMG)



Figura 13 - Participantes do 1º Grupo de Estudos

2.4 Outros eventos de destaque

O CEJ atende demandas de desembargadores e gestores para dar suporte a reuniões, treinamentos, dinâmicas de grupo, oficinas, painéis, mesas redondas para estudo de casos, entre outros. Trata-se, em geral, de atividades de curta duração e esporádicas, cujos participantes são definidos e convidados pelos próprios demandantes. Em conformidade com o planejamento, a disponibilidade e a intenção do requerente, a equipe do CEJ toma providências, de modo a colocar o espaço e seus recursos à disposição dele.

A título de exemplo, descrevem-se alguns dos eventos realizados no CEJ.

2.4.1 Reunião da Associação Brasileira das Mulheres de Carreira Jurídica (ABCMJ)

Foram realizadas três reuniões conduzidas pela Desembargadora Kárin Liliane Emmerich e Mendonça (9ª Gacri), com participação de advogadas nas áreas de direitos humanos e sociais.

Datas das reuniões realizadas:

- 02/08/2023 – participantes > 11
- 28/08/2023 – participantes > 17
- 06/02/2024 – participantes > 06



Figura 14 – Participantes da reunião Associação Brasileira das Mulheres de Carreira Jurídica

2.4.2 Apresentação de projeto

Apresentação de projeto pela assistente de direção Gabriela Morais da Gerência de Acompanhamento de Litigância, em 2ª Instância, e da Gerência do Núcleo de Apoio a Gestão de Gabinetes e de Registro de Julgamentos (GEAG), para a Juíza Auxiliar da Primeira Vice-presidência, JD Mônica Silveira, e para as duas diretorias da Primeira Vice-Presidência dos setores SEPAD e DIRSUP, em 07/12/2023.

2.4.3 Reunião do Comitê Nacional de Saúde

Na condição de Superintendente de Saúde do TJMG, Desembargador Bruno Terra solicitou o espaço do CEJ para realização de reuniões com autoridades e servidores de diversos órgãos de saúde.

Por ocasião da reunião do *Comitê Nacional de Saúde* para tratar do tema "Regulação do custeio do SUS e forma de ressarcimento de custos pelo ente público em caso de Decisão Judicial", promoveu-se sessão hibrida (presencial e plataforma Cisco), na data de 28/04/2022, com presença de mais nove integrantes dessa comissão, com apresentação realizada pela Dra. Kátia Rocha, advogada da OAB/MG.



Figura 15 – Participantes da reunião do Comitê Nacional de Saúde

3. ATUALIZAÇÃO DA RESOLUÇÃO E MELHORIA DA INFRAESTRUTURA

Em 2021, sobreveio a Resolução nº 979/2021, que, em seu art. 11, redefiniu as atribuições do CEJ, nos seguintes termos:

I. promover a criação de grupos de estudos jurídicos para a formação e o aperfeiçoamento de magistrados e servidores do Tribunal de Justiça;
II. promover a atualização dos magistrados e servidores sobre as alterações legislativas e incentivar o debate para o aperfeiçoamento dos atos normativos do Tribunal de Justiça.

Essa mudança incentivou a equipe do CEJ a mobilizar-se no sentido de obter melhor infraestrutura para atendimento a seu público-alvo.

A principal melhoria solicitada e atendida foi a lotação de assistente executiva para viabilizar a ampliação do horário de atendimento bem como dar suporte administrativo às atividades realizadas.

Tendo em vista a crescente demanda pela utilização do espaço, a equipe do CEJ solicitou os seguintes incremento de equipamentos, no que foi prontamente atendida:

- troca de computadores da coordenação bem como do *notebook* utilizado durante os eventos;
- aquisição de suportes para projetor e aparelho de televisão;
- aquisição de panóplias e bandeiras;
- aquisição de controle remoto para apresentação de slides.



Figura 16 - Equipamentos do CEJ, com destaque para os incrementos requeridos e providenciados

3.1 Revitalização da página eletrônica do CEJ

A página do CEJ (https://ejef.tjmg.jus.br/cej/), no portal da EJEF, foi objeto de revitalização, com o intuito de atualizar dados e dar visibilidade às atividades realizadas. A ideia surgiu da intenção de divulgar a existência do espaço e, ao mesmo tempo, demonstrar sua funcionalidade, com vistas a ampliar sua ocupação.

Nesse contexto, além atualizadas, as informações foram sistematizadas em abas temáticas, para favorecer a navegabilidade. Também foram inseridas imagens significativas.



Figura 17 - Página eletrônica do CEJ, com destaque para as abas em que as informações se encontram sistematizadas

4. CONCLUSÃO

Os dados relativos à utilização do espaço e à disponibilidade da equipe sinalizam o potencial do CEJ para contribuir para o aprimoramento da prestação jurisdicional, na perspectiva da formação em serviço de magistrados, gestores e servidores do TJMG. O volume de solicitações recebidas indica que o CEJ tem atendido satisfatoriamente ao público-alvo, apresentando-se como espaço de interação, debate e atualização jurídico-administrativa. Apesar disso, tomando em perspectiva o quantitativo de desembargadores e gestores no TJMG, vislumbramos oportunidades de ampliação do trabalho.

O trabalho realizado pela equipe do CEJ demonstrou, nesse período, total adesão e alinhamento ao compromisso da EJEF de formar e desenvolver pessoas que lidam, no dia a dia, com a missão de fazer Justiça. Manter o elevado nível de conhecimentos jurídicos de magistrados, na perspectiva da transdisciplinaridade, é fundamental para que compreendam as vastas dimensões do Direito e respondam às necessidades dos cidadãos, oferecendo solução aos conflitos.

Por sua natureza, centros de estudos são espaços em que se reúnem grupos pequenos compostos de pessoas engajadas em alguma temática. Ali realizam trabalho intelectual e prático que, por sua qualidade e consistência, irradia-se ou reverbera sobre contingentes maiores, de maneira eficaz. Esse espírito proativo foi plenamente encampado pelo CEJ, tendo em vista que muitas das atividades realizadas decorram de iniciativa dos solicitantes e de seu genuíno desejo de conhecer ou agir, tornando-se protagonistas de reflexões e movimentos destinados a resolver questões pontuais ou abrangentes, de maneira negociada e efetiva.

As atividades híbridas coadunam com a natureza do centro de estudos e, assim, constituem uma estratégia para sua ação em dois níveis de engajamento: tanto interação presencial e debate entre protagonistas (ou lideranças) quanto difusão de ideias em larga escala.



www.ejef.tjmg.jus.br/cej/

cej@tjmg.jus.br

31 3306 3015



CEJ
Centro de Estudos Jurídicos
Juiz Ronaldo Cunha Campos

EJEF
Escola Judicial
Desembargador Edésio Fernandes

TJMG
Tribunal de Justiça do
Estado de Minas Gerais

ANEXO

DETALHAMENTO PROGRAMA REFLEXÕES E DEBATES

Temas 2019 (Presencial)

Nº	Data	Temas	Expositores e Mediadores
1	28/03/2019	"Responsabilidade Penal de Dirigentes de Empresa por Omissão"	Juiz Fernando Galvão da Rocha e Professor Hermes Vilchez Guerreiro
2	25/04/2019	"Direitos da Personalidade"	Dra. Taís amaria Macena e Dra. Elena de Carvalho Gomes
3	23/05/2019	"Responsabilidade Civil"	Procurador de Justiça Nelson Rosenvald e Desembardor Alberto Vilas Boas
4	22/08/2019	"A Lei de Introdução às Normas Do Direito Brasileiro e os Impactos das Decisões Judiciais"	Dr.Luciano de Araújo Ferraz e Desembargador Alberto Vilas Boas
5	29/08/2019	"NUMOPEDE e Uso Abusivo da Justiça"	Dra. Lívia Lúcia Borba – CGJ
6	19/09/2019	"Dolo e Cegueira Deliberada e Crimes Cumulativos"	Dr. Lucas Pardini Gonçalves - Promotor Enéias Xavier Gomes e Dra. Tatiana Maria Badaró
7	25/10/2019	"O Impacto da Lei de Multi-Propriedade sob o Mercado Imobiliário"	Professor Dr. Ari Alves Pires Neto e Professor Dr. Carlos Braga e Desembargador José Arthur de Carvalho
8	07/11/2019	"Literatura e Direito voltado à Reflexão da Trajetória Feminina no Poder Judiciário"	Dra. Daniela de Freitas Marques - TJMMG - Dra. Lívia Lúcia Borba TJMG
9	21/11/2019	"Guarda Compartilhada"	Dra. Ana Carolina Brochado (UERJ) e Des. Luís Carlos Balbino Gambogi

Temas 2020 (On- linel)

Nº	Data	Temas	Expositores e Mediadores
1	27/03/2020	“Pacote Anticrime”	JD Thiago Colnado e Desembargadora Luíza Maria Marilac
2	26/05/2020	“Proteção de Dados no Poder Judiciário”	Professor Leonardo Parentoni (UFMG) e Desembargador Caldeira Brant
3	04/06/2020	“Acordo de Não Persecução”	JD. Thiago Grazziane Gandra, Procurador Franklin Higino Caldeira Filho e Promotor Henry Wagner
4	25/06/2020	“Direito Comercial em Meio a uma Pandemia”	Professor Fábio Ulhoa - PUC – São Paulo e Desembargador Moacyr Lobato

**** A partir de 03/08/2020 os eventos passaram a ser realizados on-line**

Nº	Data	Temas	Expositores e Mediadores
5	03/08/2020	“Cooperação Nacional”	Professor Fredie Souza Didier Júnior (UFBA)
6	18/08/2020	“Conexão e Prevenção Artigo 55 do CPC e Artigo 79 do regimento interno do TJMG”	Alexandre Freitas Câmara, Desembargador do TJRJ
7	30/09/2020	“Prisão Preventiva e Pacote Anticrime”	Desembargador Fernando Antônio Nogueira Galvão da Rocha (TJMMG)
8	05/11/2020	“Limites Objetivos e Subjetivos da Coisa Julgada”	Desembargador José Marcos Rodrigues Vieira - TJMG. Mediador: Desembargador Rogério Medeiros

Temas 2021 (On-line)

Nº	Data	Temas	Expositores e Mediadores
1	03/02/2021	"Aspectos Processuais da Reforma da Lei de Falências e Recuperação de Empresas"	Desembargador Alexandre Freitas Câmara – TJRJ . JD Adilon Cláver de Resende 2ª Vara Empresarial – TJMG
2	03/03/2021	"A nova Lei de Falência e o CPC"	Fredie Souza Didier Júnior - Advogado e Professor da UFBA e JD Cláudia Helena Batista - 1ª Vara Empresarial BH
3	26/04/2021	"Ronaldo Cunha Campos e o Processo Civil Brasileiro"	Desembargador José Marcos Rodrigues Vieira e Desembargador Ramom Tácio de Oliveira
4	05/05/2021	"A Nova Lei de Licitações e Contratos"	Professora da UFMG Cristiana Maria Fortini Pinto e Silva e JD Wagner Aristides Machado Da Silva Pereira – Varginha
5	02/06/2021	"Justiça Multiportas"	JD. Trícia Navarro Xavier Cabral do TJES e JD Waleska Oliveira Morais – CEJUSC
6	10/08/2021	"Ação de Impugnação de Mandato Efetivo Atualidades"	Sra. Edilene Lobo – Pós Doutora pela FDV – Doutora em Direito Processual PUC e Direito Eleitoral e Processo Civil e JD Adilon Cláver de Resende. Integrante da Corte do TRE/MG
7	01/09/2021	"Tutela Inibitória e de Remoção do Ilícito"	Professor Luiz Guilherme Marinoni - Titular da UFPR – Presidente da Associação Brasileira de Direito Processual Constitucional e Desembargador José Marcos Vieira
8	06/10/2021	"Urna Eletrônica e Voto Impresso: Democracia, tecnologia e Legitimidade do Resultado Eleitoral"	Dra. Edilene Lobo - Direito Processual Civil e Direito Eleitoral e Processo Civil e JD Adilon Cláver de Resende do TRE/MG
9	03/11/2021	"Medidas Coercitivas Atípicas"	Marcelo Abelha Rodrigues - Doutor pela PUC-MG e Pós Doutor pela Universidade de Lisboa e JD Ronaldo Souza.
10	01/12/2021	"Litigiosidade Repetitiva"	Juliana Cordeiro de Faria - Diretora do Instituto de Direito Processual e JD Fabrício Simão da Cunha.

Temas 2022 (presencial com transmissão ao vivo pelo canal Youtube)

Nº	Data	Temas	Expositores e Mediadores
1	10/02/2022	"A Desjudicialização da Execução Cível"	Desembargador José Marcos Vieira - Coordenador do CEJ - TJMG JD Vitor Luís de Almeida Montes Claros.
2	23/02/2022	"Estabilização da Tutela Antecipada"	Cássio Scapinella Bueno Mestre Doutor e Livre docente em Direito Processual Civil da PUC-SP
3	23/03/2022	"Câmaras Cíveis Especializadas: Desafios e Perspectivas"	Desembragador Marcelo Guimarães Rodrigues- 21ª Câmara Cível e Desembargador Ramon Tácio de Oliveira - 16ª Câmara Cível
4	20/04/2022	"Direito Previdenciário Acidentário - Benefícios em espécie. Aspectos Controvertidos da Reabilitação Profissional"	Dr. Lázaro Cândido da Cunha, Mestre e doutor em direito pela PUC-MG , JD Nicolau Lupianhaes Neto Titular da 5ª Vara Cível de BH - Mestre em Direito pela Unifran e doutor pela FADISP.
5	25/05/2022	"Propaganda Eleitoral"	JD. Patrícia Henriques Ribeiro, Titular e Ouvidora do TRE/MG, Desembargador José Marcos Rodrigues Vieira (Coordenador do CEJ – TJMG)
6	29/09/2022	"Judiciário Brasileiro e Português: Recuperação de ordem jurídico - econômica pós Pandemia - experiências recíprocas"	Desembargador Moacyr Lobato, Expositor: Henrique de Araújo, Juiz Conselheiro e Presidente do Supremo Tribunal de Justiça de Portugal, Debatedor: Gabriel José de Orleans e Braga - Advogado com atuação em demandas do Direito.

Temas 2023 (presencial com transmissão ao vivo pelo canal Youtube)

Nº	Data	Temas	Expositores e Mediadores
1	17/04/2023	1º Encontro: "Estrutura e hermenêutica constitucional no processo penal. Garantismo x Eficácia e legitimidade da intervenção penal"	Eugênio Pacelli de Oliveira - Mestre e Doutor em Direito pela UFMG. Desembargador Enéas Xavier Gomes e Desembargador Franklin Higino Caldeira Filho.
2	08/05/2023	2º Encontro : "Da inadmissibilidade da prova ilícita. Critério de valoração legítima - Exclusão e aproveitamento da prova."	Abertura: Desembargador Renato Dresch (2º Vice). Eugênio Pacelli de Oliveira, Mediadores: Desembragador Paulo Calmon e Desembargadora Daniela Bonaccorsi
3	15/05/2023	3º Encontro: "Processo cautelar. Das medidas reais e pessoais. Da prisão preventiva, da garantia da ordem pública e o direito penal do inimigo."	Eugênio Pacelli de Oliveira , Desembargador Cristiano Valladares do Lago e Desembargador Henrique Abi-Ackel Torres
4	20/06/2023	4º Encontro: "Nulidade relativas e nulidades absolutas. Razão do distinguishing. Convalidação e invalidação dos atos processuais. Investigação e processo"	Eugênio Pacelli de Oliveira. Desembargador Carlos Henrique Perpétuo Braga e Desembargador Franklin Higino Caldeira Filho.
5	11/08/2023	"Mudanças climáticas, Desenvolvimento e Direitos Humanos"	Professor Ottávio Quirico - associado da University of New England, Austrália, University Florença Itália, State University Pullman USA).
6	19/10/2023	1º Encontro: "Reforma Tributária" Principais mudanças no Sistema Tributário"	Palestra: Dr. Valter Lobato - Advogado. Mediador: Dr. Juselder da Mata - Advogado
7	26/10/2023	2º Encontro: "Reforma Tributária" IVA Dual	Dr. João Paulo Almeida Melo - Advogado. Dra. Luciana Mundim - Gerente Tributária FIEMG
8	09/11/2023	3º Encontro: "Reforma Tributária" Imposto sobre bens e serviços	Dr. Alexandre Alkmin - Advogado. Dr. Paulo Roberto Coimbra - Advogado, Mestre e Doutor em Direito Tributário e Professor de Direito Tributário na UFMG.
9	16/11/2023	4º Encontro: "Reforma Tributária" - Tributos Estaduais	Dra. Maria Inês Murguel - Advogada. Dra. Daniela Victor - Procuradora do Estado de Minas Gerais.
10	23/10/2023	"Lei Improbidade Administrativa"	Luciano Araújo Ferraz - Professor, Doutor, Associado IV de Direito Administrativo na UFMG. Desembargador Luiz Carlos Gambogi
11	05/12/2023	"Constitucionalismo Digital"	Dr. Edoardo Celeste - Professor Associado de Direito, tecnologia e Inovação da Faculdade de Direito e Governo da Universidade de Dublin e Dr. Rodrigo Martins Faria - Juiz Auxiliar da Presidência do TJMG.
12	13/12/2023	"Os Negócios Jurídicos do Universo Tecnológico, a proteção de dados coletiva e individual e o entendimento jurisprudencial"	Desembargador Marcelo de Oliveira Milagres. Dr. José Faleiros Jr. - Especialista em Direito Digital, Advogado e Professor.


CEJ
Centro de Estudos Jurídicos
Juiz Ronaldo Cunha Campos
EJEF
Escola Judicial
Desembargador Edésio Fernandes
TJMG
Tribunal de Justiça do
Estado de Minas Gerais